JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.349 – Brasília, quinta-feira, 6 de abril de 2006

Censo: mulheres só ocupam 12% das cadeiras do Legislativo

São homens 88% dos vereadores e deputados estaduais brasileiros, segundo o I Censo do Legislativo, realizado em 2005 e divulgado ontem pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e do Programa Interlegis, Efraim Morais. O "maior censo legislativo do mundo" revelou que 74,3% das câmaras de vereadores estão conectadas à internet. **Página 3**

Fotos: Moreira Mariz

Efraim (*E*), Renan, Marco Maciel e Agaciel Maia apresentam pesquisa

Questão agrária, base de outros problemas sociais

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, disse ontem, em audiência no Senado, que a solução dos problemas sociais no Brasil depende da efetivação da reforma agrária. **Página 2**

CPI APROVA RELATÓRIO. PT RECORRE

Numa reunião tumultuada, a CPI dos Correios aprovou ontem, por 17 votos a 4, o relatório final elaborado por Osmar Serraglio. O deputado acolheu 35 sugestões, mas parlamentares governistas ainda tentaram apresentar destaques ao texto, o que não foi aceito pelo presidente da comissão, Delcidio Amaral. No início da noite, Aloizio Mercadante anunciou a apresentação de recurso para garantir a votação dos destaques. **Páginas 4 e 5**

Senador Delcidio Amaral (*C*), entre os deputados Osmar Serraglio (*E*) e Asdrúbal Bentes, vice-presidente da CPI, dirige reunião que encerrou os 11 meses de trabalho da comissão

Parlamentares governistas, como o deputado Jorge Bittar (*em pé*), protestaram contra a condução dos trabalhos, reivindicando a oportunidade de apresentar novas sugestões ao relatório

Presidente do Incra afirma que, segundo pesquisas, aglomeração populacional na periferia das metrópoles, causando desemprego e criminalidade, ocorre por falta de opção na zona rural

Debate na CRA: questão agrária, a base de outros problemas sociais

A solução dos problemas sociais no Brasil depende da efetivação da reforma agrária no país. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, durante audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Rolf destacou que, conforme estudos realizados por vários setores, entre eles a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a questão agrária constitui-se a base dos demais problemas brasileiros. Ele disse que o elevado índice de concentração da propriedade das terras influencia o desemprego e a criminalidade, pois, segundo as pesquisas, a aglomeração populacional na periferia das grandes cidades ocorre pela falta de opção para as pessoas nas áreas rurais.

Os mesmos estudos, explicou o presidente do Incra, revelam que o alto padrão tecnológico – utilizado na indústria, no comércio e no setor de serviços – não permite a absorção da totalidade da mão-de-obra disponível, o que gera o denominado desemprego estrutural.

– Uma solução é o uso da terra para produzir e obter renda. Os grandes aglomerados urbanos não têm planejamento. São formados por pessoas que foram expulsas do campo e estão sem opção. Jovens recém-casados estão doidos para voltar para o meio rural – observou Rolf.

Fotos: José Cruz

Ao lado de Sérgio Guerra e Arns, Rolf (*E*) alerta para concentração da propriedade das terras

MST

O presidente do Incra também afirmou, respondendo a questionamento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que a instituição não apóia movimentos violentos de ocupantes de terras no Brasil. Rolf negou que o Incra esteja oferecendo cestas básicas a integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) quando acampados em alguma propriedade particular.

Sérgio Guerra (PSDB-PE), presidente da CRA, também partilha da preocupação de Flexa Ribeiro quanto à violência do trabalhador rural sem terra. Para ele, o assunto não é discutido de forma aprofundada nem pela sociedade nem pelo governo e nem pelo Parlamento. Sérgio Guerra comunicou que, para debater o tema, haverá outra audiência na comissão com o deputado Xico Graziano (PSDB-SP) e Marcelo Resende, ex-presidentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que deveriam ter participado do debate ocorrido ontem.

Orçamento

Rolf reclamou da demora da aprovação do Orçamento pelos parlamentares. Ele salientou que as instituições envolvidas com a reforma agrária dependem da liberação dos recursos para que possam cumprir suas metas.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse que o Orçamento ainda não foi aprovado porque a oposição cria dificuldades, do que discordou Flexa Ribeiro. O vice-presidente da CRA, senador Flávio Arns (PT-PR), destacou que as discussões sobre reforma agrária devem ser levadas para o âmbito da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Leia mais sobre questão agrária na página 7

Regulamentação da profissão de publicitário deve ter amplo debate

Após debate de quase três horas na Comissão de Educação (CE) sobre o projeto de regulamentação da profissão de publicitário, o autor da proposição, senador Leonel Pavan (PSDB-SC), concluiu pela necessidade de se ampliar a discussão na sociedade e de se realizarem outras audiências públicas com especialistas de dentro e de fora do setor, para obter uma posição mais conciliatória a respeito do assunto.

Audiência reúne opiniões distintas sobre projeto

Na discussão do PLS 30/04, o diretor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), José Roberto Penteado, disse ser contra o projeto, por entender que a regulamentação da profissão limitará as atividades dos profissionais e irá burocratizar as relações entre as várias especialidades que a publicidade moderna engloba.

Já o presidente da Associação dos Profissionais de Propaganda (APP), André Porto Alegre, defendeu a necessidade da regulamentação para se alcançar maior integração entre escola e mercado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço **www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx**

Plenário tem pauta trancada por MPs

Às 14h, a sessão continua a analisar propostas que trancam a pauta. Entre elas, o projeto de conversão, originado da MP 271/05, que reestrutura cargos do INSS; duas medidas provisórias que liberam recursos para o Ministério dos Transportes (MPs 273/05 e 276/06); a proposição que concede ajuda financeira aos que tiveram rebanhos atingidos pela febre aftosa (MP 277/06); e a que permite a reutilização da isenção de Imposto de Importação por portadores de deficiência.

Seqüestro de engenheiro em discussão

Os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúnem-se às 9h30, reservadamente, com representantes do Itamaraty, para tratar do desaparecimento do engenheiro João José Vasconcellos Júnior, da empreiteira Odebrecht, seqüestrado no Iraque em janeiro de 2005 e sobre quem não se tem notícia desde então.

Assuntos Sociais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 9h30 para analisar, entre outros, projeto que proíbe o destaque nas embalagens de declarações de qualidades nutritivas dos alimentos (PLS 26/03).

Questões indígenas

Às 10h, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) discute questões indígenas. Entre os convidados estão os ministros da Cultura e do Desenvolvimento Agrário e o presidente da Comissão Pastoral da Terra.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - *E-mail*: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed-. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Efraim Morais, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Garibaldi Alves Filho, José Maranhão e Paulo Paim e pela senadora Ana Júlia Carepa

Roosewelt Pinheiro

De acordo com José Maranhão, o governo deveria investir mais no setor

José Maranhão elogia Programa Espacial Brasileiro

José Maranhão (PMDB-PB) ocupou ontem a tribuna para afirmar que o Programa Espacial Brasileiro, iniciado em 1961 e que enviou, em 31 de março, o primeiro brasileiro ao espaço, merece todo o apoio do Senado e da população brasileira.

– A viagem do tenente-coronel Marcos César Pontes à estação espacial é não somente motivo de orgulho para os brasileiros, mas um tributo à perseverança e ao desafio daqueles que se dedicam a desbravar o espaço – afirmou.

O senador alertou para a falta de investimentos no setor, o que estaria limitando os avanços do Brasil nessa área.

Presidente do Senado, Renan Calheiros, afirma que pesquisa é um levantamento completo sobre câmaras de vereadores e assembléias legislativas de todo o país

Dados do I Censo do Legislativo revelam que mulheres são minoria

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente do Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo –, senador Efraim Morais (PFL-PB), divulgaram ontem os resultados do I Censo do Legislativo, realizado em 2005 e que revelou serem homens 88% dos vereadores e deputados estaduais brasileiros, enquanto somam 12% as representantes do sexo feminino. O mesmo censo revelou que 4% desses legisladores mal lêem e escrevem.

Renan definiu a pesquisa como uma radiografia inédita do trabalho legislativo e do perfil dos legisladores em todo o país, assim como da situação das câmaras onde eles se reúnem para decidir a vida nas cidades. Com base nesses números, o parlamentar disse que o Senado vai poder elaborar um programa de modernização dos legislativos nos estados.

Moreira Mariz

Júlio Delgado, Efraim, Renan e Marco Maciel na abertura de congresso sobre o censo

Dados divulgados pelo senador Efraim Morais revelam que 6% dos vereadores têm de 18 a 28 anos; 31%, de 29 a 39 anos; 44%, de 40 a 50 anos; 16%, de 51 a 61 anos; e 3%, acima de 62 anos. Outra informação do presidente do Interlegis é a de que o salário médio dos vereadores no país é de R$ 450. O senador explicou que essa é basicamente a remuneração paga nos municípios pequenos e médios. Quando a pesquisa concentra-se no universo dos grandes municípios brasileiros, a média salarial dos vereadores aumenta para R$ 1.700.

Ao falar dos recursos destinados a esse censo, Renan Calheiros explicou que 50% das despesas foram pagas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, enquanto o Senado despendeu a outra metade. Também disse que nem o IBGE dispunha até agora de um levantamento tão completo sobre as 5.564 câmaras de vereadores brasileiras. Renan ainda informou que, a partir de junho, a TV Senado será transformada em TV aberta nas cidades de Salvador, Recife, Manaus, Fortaleza e Rio de Janeiro. E que, até fevereiro de 2007, a Rádio Senado será retransmitida em mais 13 FMs no país.

Documentário da TV Senado concorre em festival internacional

O documentário *Lévi-Strauss: Saudades do Brasil*, da TV Senado, dirigido por Maria Maia, foi selecionado para o Terceiro Festival Internacional de Documentário – Ficção, que acontece em Paris, de 20 a 22 deste mês, onde concorre em três categorias: Grande Prêmio do Público, Prêmio de Criação e Originalidade e Melhor Roteiro. Esta é a segunda vez que um documentário produzido pela TV Senado e dirigido por Maria Maia participa do festival. A primeira foi em 2005, com *Portinari*.

O festival tem grande importância no mercado de produção cinematográfica e televisiva mundial, uma vez que é o único no mundo direcionado aos filmes que trabalham com a idéia de que as duas linguagens – documentário e ficção – caminham juntas.

Lévi-Strauss: Saudades do Brasil reconstitui as viagens do antropólogo e pensador francês no país, no início de sua carreira, quando organizou expedições às tribos indígenas bororos, kadiweus e nambiquaras, que resultaram, 15 anos depois, no livro *Tristes Trópicos*.

Célio Azevedo

Índios guajajaras e mananciais de água doce estão ameaçados, alerta João Alberto

João Alberto cobra preservação da Baixada Maranhense

Em discurso ontem no Plenário, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) reivindicou ação do governo federal para preservar o meio ambiente da Baixada Maranhense e melhorar a vida da população da região. Nessa área, informou, os descendentes dos índios guajajaras e os ricos mananciais de água doce estão ameaçados.

Segundo o parlamentar, na região existem cinco lagos – Viana, Itans, Aquiri, Maracassumé e Cajari –, alimentados pelos rios Mearim, Pindaré e Maracu.

João Alberto ressaltou a relevância histórica da região, onde teve início a colonização portuguesa no Norte do Brasil.

Efraim: Senado apresenta o maior censo do mundo

O senador Efraim Morais, 1º secretário do Senado e presidente do Programa Interlegis, disse ontem que o Senado está apresentando à sociedade "o maior censo legislativo do mundo". Efraim participou, ao lado do presidente do Senado, Renan Calheiros, da abertura do 1º Congresso Internacional – Censo Legislativo Brasileiro, no Auditório Petrônio Portella, no Senado Federal.

Durante o congresso, especialistas nacionais e internacionais farão uma análise qualitativa das informações coletadas pelo censo, realizado pelo Programa Interlegis, com o objetivo de melhor compreender a realidade das casas legislativas do Brasil. Também será elaborado um edital com as normas para cadastramento e acesso de pesquisadores aos resultados do censo, segundo informou o diretor-geral do Programa Interlegis, Márcio Sampaio Leão Marques. Ele explicou que a medida permitirá um controle sobre a utilização dos dados que, especialmente em ano eleitoral, podem ser usados "para o bem ou para o mal".

O diretor técnico do Programa Interlegis, José Dantas Filho, explicou que o acesso ao público em geral a todas as informações contidas no censo ocorrerá no prazo de um ano a um ano e meio, quando o público receberá orientações sobre como utilizar o material.

Internet já é realidade em 74,3% das câmaras

O I Censo do Legislativo Brasileiro, divulgado ontem, revelou que 74,3% das câmaras de vereadores brasileiras já estão conectadas à rede mundial de computadores. As regiões Sudeste e Sul são as que possuem o maior número de casas com acesso à internet, 87,4% e 86,6% respectivamente. Por outro lado, no Norte e Nordeste do país cerca da metade das câmaras ainda não está conectada.

Com relação à existência de páginas na internet, o censo também mostrou que 82,3% dos legislativos municipais não possuem esse serviço. A pesquisa constatou ainda que somente em 18,1% das câmaras o acesso à internet se dá através de linha ADSL, ou seja, banda larga.

Outra informação importante coletada indica que, do total de 5.564 câmaras de vereadores no país, 5.185 possuem microcomputadores. As regiões Norte e Nordeste, a respeito desse item, são as menos servidas. Quanto à disponibilidade de telefones fixos, 92,8% das câmaras de vereadores contam com linhas instaladas.

Célio Azevedo

Qualidade da cobertura jornalística de *O Popular* é ressaltada por Maguito Vilela

Maguito celebra os 68 anos do jornal goiano *O Popular*

Maguito Vilela (PMDB-GO) ocupou ontem a tribuna para parabenizar o jornal *O Popular*, diário de maior circulação de Goiás, que completa nesta semana 68 anos de fundação. Segundo o senador, os grandes avanços de Goiás ao longo das últimas décadas foram acompanhados com "clareza e precisão" pelo jornal.

– A participação de *O Popular* e da família Câmara no desenvolvimento de Goiás é marcada pelo caráter empreendedor da empresa e pela atuação política. O crescimento notável que o estado alcançou certamente contou com uma participação destacada desta família que honra e dignifica os goianos – disse.

Relator inclui algumas sugestões feitas por parlamentares e anuncia parecer contrário a todos os votos em separado; Delcidio declara encerrados os trabalhos

CPI dos Correios aprova relatório que confirma mensalão

A CPI dos Correios encerrou seus trabalhos no início da noite de ontem com a aprovação, por 17 votos a 4, do relatório do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que propõe o indiciamento de mais de cem pessoas e confirma a existência do mensalão. Ele acolheu 35 sugestões feitas por parlamentares.

Quando a reunião foi aberta, por volta das 18h, Serraglio listou as alterações que havia feito e, em seguida, o presidente da CPI, senador Delcidio Amaral (PT-MS), deu início à votação. Diversos membros da CPI protestaram. A senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, pediu a palavra diversas vezes, exigindo o direito de apresentação de destaques.

Delcidio, no entanto, deu prosseguimento à votação. À exceção do deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), vice-presidente do colegiado, os demais peemedebistas se abstiveram. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) explicou que o partido pretendia votar com Serraglio, mas esperava negociação. Vários parlamentares do PT também não votaram.

Proclamado o resultado, o relator anunciou parecer contrário a todos os votos em separado. Delcidio, então, deu por encerrada a reunião e finalizados os trabalhos da CPI.

Entre as modificações, Serraglio retirou a sugestão de indiciamento do vice-governador de Minas Gerais, Clésio Andrade. Também levando em consideração o voto do PT, o relator solicitou ajustes no que se refere ao papel da Usiminas como uma das possíveis fontes do valerioduto, bem como das empresas do Opportunity. Incluiu ainda trecho esclarecendo que o PT contesta o caráter público do Fundo Visanet. Sobre o Banco do Brasil, fez correções no texto para deixar claro que as irregularidades apuradas se restringem à Diretoria de Marketing e Comunicação, e não à instituição como um todo.

Geraldo Magela

Parlamentares oposicionistas carregam Serraglio após votação do texto final da comissão

Parecer constata influência do governo em fundos de pensão

O relatório final da CPI dos Correios, que vai ser encaminhado ao Ministério Público, consagra o mensalão como compra de consciência de parlamentares pelo governo e minimiza o esquema de Marcos Valério em 1998. Sugere que houve influência político-partidária nas nomeações para fundos das estatais e ingerência do governo na sua gestão. E mantém os nomes de José Dirceu, José Genoino, Sílvio Pereira, entre outros petistas na lista dos indiciáveis.

O PT já sinalizou que não vai aceitar essa derrota política na CPI. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (SP), declarou que entraria com recurso contra a votação do relatório final, uma vez que o presidente da CPI, senador Delcidio Amaral, encerrou a reunião antes que fossem analisados os destaques dos demais parlamentares.

Da lista de indiciáveis, também foi retirado o nome do ex-secretário-executivo do Ministério da Integração Márcio Lacerda, acusado de receber R$ 450 mil das contas do empresário Marcos Valério.

A opinião dos senadores

Manifestações foram feitas em Plenário antes da votação do relatório

"O PT QUER DERRUBAR o relatório de Serraglio e aprovar uma ficção. O relatório apresentado pelo PT é uma história da carochinha, ao dizer que não havia mensalão, que o partido foi iludido por Marcos Valério, envolvido por sua sedução", disse César Borges (PFL-BA). Na opinião do senador, para ser completo, o relatório precisaria ter citado ainda a responsabilidade do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pelos fatos apresentados.

"OS PARTIDOS PRECISAM TER um momento de grandeza, no qual as questões partidárias sejam deixadas de lado", cobrou Ramez Tebet (PMDB-MS), observando que a sociedade se encontra estarrecida diante dos fatos investigados. Salientou que, sem o apoio da população, não há partidos fortes, e que o Congresso Nacional precisa sair engrandecido desse embate. Tebet também criticou a visão de que os relatórios das CPIs representam condenação das pessoas investigadas ou indiciadas.

ALVARO DIAS (PSDB-PR) DEMONSTROU preocupação com as pressões que Osmar Serraglio poderia estar sofrendo. No entanto, disse haver conversado com o deputado, que lhe teria garantido que não alteraria seu relatório em relação à existência do mensalão. Serraglio teria acrescentado que só modificaria o relatório para melhorá-lo. "Seria um haraquiri passar à sociedade a imagem de que estamos realizando um acordo para aprovar um relatório que atenda interesses diversos", observou Alvaro.

O LÍDER DO PFL no Senado, José Agripino (RN), classificou de "isento e corajoso" o relatório final de Serraglio. Agripino adiantou que a oposição não aceitaria qualquer tipo de modificação em relação a três pontos considerados por ele como a coluna vertebral do relatório: o pedido de indiciamento de figuras-chave do PT; a constatação de que houve mesmo o pagamento do mensalão; e a afirmação de que o dinheiro que irrigou o chamado valerioduto é proveniente de recursos federais.

Serraglio afirma que não procurou prejudicar ou beneficiar ninguém

O relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios afirmou ontem, logo após a aprovação do relatório final, que sua missão foi cumprida. O deputado admitiu que o resultado poderia ter sido melhor, mas disse ter feito o máximo possível, assegurando que não procurou beneficiar ou prejudicar ninguém.

Serraglio rebateu as críticas dos parlamentares petistas, em razão de não ter acolhido várias de suas propostas de modificação.

– Um grupo do PT não queria que a votação acontecesse. O substitutivo foi apresentado para me tomar tempo e impedir que os outros votos em separado fossem analisados – argumentou o relator.

O deputado disse que o texto apresentado pelo PT como substitutivo ao seu relatório misturava as formulações da bancada do partido com as suas conclusões, o que, em um documento de mais de mil páginas, dificultava a análise. Serraglio teria pedido que os pontos divergentes fossem esclarecidos, o que, segundo ele, não ocorreu como esperado.

O relator reclamou também da apresentação de mais 41 destaques quando faltavam apenas cinco minutos para que a votação do relatório começasse. De acordo com o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), a intenção, com esses destaques, era permitir a aprovação do relatório de Serraglio para que as modificações fossem analisadas depois.

Para Heloísa, o processo foi "regimentalmente correto"

Conforme a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), a aprovação do relatório final da CPI dos Correios foi "regimentalmente correta", apesar dos protestos do PT contra a rejeição de todos os requerimentos de voto em separado. Já o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) declarou que "não há como alterar uma decisão soberana dessa comissão".

– O relator [Osmar Serraglio] deu parecer contrário aos votos em separado, e ninguém recorreu desse encaminhamento – argumentou Alvaro Dias.

Ao reiterar que os procedimentos adotados na aprovação do relatório foram, em termos regimentais, "absolutamente corretos", Heloísa Helena afirmou que "o governo errou ao não estudar o regimento, cegado pela sua arrogância". Ela disse ainda que "pior seria a aprovação de um substitutivo governista ou as mutilações que transformariam o relatório em um monstrengo a serviço do governo".

– Eu mesma tinha requerido 12 votos em separado que acabaram sendo rejeitados, mas não é por causa disso que eu tentaria desmoralizar o relator – assinalou.

Mercadante: "Foi ilegítimo e ilegal a votação do relatório da CPI dos Correios ter sido concluída sem apreciação dos destaques"

PT encaminha recurso à Mesa da Câmara

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) anunciou o encaminhamento pelo partido, à Mesa da Câmara dos Deputados, de recurso para garantir a votação de destaques ao relatório do deputado Osmar Serraglio, aprovado ontem na CPI dos Correios.

A escolha da Mesa da Câmara deveu-se ao fato de que aquela Casa estava com sessão em andamento, o que permitiria acelerar o processo de recurso. Mercadante disse entender que o recurso seria repassado à Mesa do Congresso.

– É ilegítimo, ilegal e contra os regimentos da Câmara e do Senado concluir a votação do relatório sem a apreciação dos destaques, como ocorre em qualquer proposição legislativa – afirmou o senador, que divulgou para a imprensa cópia de um rito de votação formulado pela Secretaria da Mesa do Senado.

Roosewelt Pinheiro

Mercadante diz que PT recorreu à Câmara contra votação conclusiva

O roteiro, que cita o artigo 312 do Regimento Interno do Senado, prevê que, durante a votação, podem ser apresentados requerimentos de destaque para votação em separado de parte do texto do relatório e das sugestões apresentadas durante a discussão. Aprovado o relatório, o plenário da comissão deve fazer a votação dos destaques e das sugestões de modificação. O relatório, com as eventuais modificações e destaques aprovados, torna-se o relatório final da comissão.

– Acredito que há condições políticas para se aprovar modificações no relatório. Temos interesse em pelo menos três destaques – disse Mercadante, sem especificar quais são.

Ele classificou de "pouco transparentes e subjetivos" alguns critérios utilizados por Serraglio para incluir ou retirar nomes de pessoas supostamente envolvidas com o mensalão.

Além de basear seus argumentos nas regras regimentais, o parlamentar petista lembrou um episódio ocorrido na CPI do Orçamento, em que o nome do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) foi retirado por meio da aprovação de destaque. Mercadante não quis fazer comentários sobre a atitude do presidente da CPI dos Correios, o petista Delcidio Amaral (MS), responsável pelo encaminhamento da votação do relatório ontem.

– Não se trata de questão partidária, mas de respeito ao regimento – disse o senador, que acusou a oposição de "interromper o diálogo" depois do entendimento que se anunciou com a reunião realizada terça-feira, no gabinete de Renan Calheiros.

Para petistas, passou-se um "rolo compressor" para aprovar o relatório

Os parlamentares petistas saíram irritados da reunião que aprovou o relatório final da CPI dos Correios. Eles reclamaram da decisão do presidente da comissão, senador Delcidio Amaral, de desconsiderar os 37 votos em separado que foram apresentados e de não permitir discussões durante a reunião.

De acordo com o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), sub-relator de Contratos da comissão, o relator Osmar Serraglio fez modificações no texto sem explicá-las e sem lhes dar a necessária publicidade.

– O relatório aprovado não foi o relatório lido – queixou-se Cardozo, que questionou a exclusão, entre os pedidos de investigação, dos nomes de Armando Ferreira da Cunha e de João Leite Neto, possivelmente envolvidos nas fraudes de licitações dos Correios. Ele também reclamou da forma como ocorreu a aprovação do texto de Serraglio.

– A oposição tentou criar um fato político, rompendo as negociações sobre as modificações no texto para forçar o PT a votar contra o relatório. Eu me sinto chateado com a forma como a CPI se encerrou – disse.

O deputado Jorge Bittar (PT-RJ) chamou a votação de "circo", afirmando que havia "interesses políticos e eleitorais" no relatório. Para o deputado, Delcidio "passou um rolo compressor" na votação para impedir destaques e o aperfeiçoamento do relatório.

– Delcidio não agiu de forma democrática, não agiu como um senador que tem a obrigação de observar os regimentos – criticou Jorge Bittar.

O que pretendia o documento do PT

O relatório final aprovado pela CPI dos Correios é praticamente o oposto do voto em separado apresentado pela bancada do PT na terça-feira. Os governistas queriam mudar, no texto do relator Osmar Serraglio, desde o nome do esquema de corrupção – de "valerioduto" para "esquema Marcos Valério" – até o capítulo que trata do mensalão, para dizer que nunca houve cooptação política pelo governo, e sim um esquema de utilização de dinheiro não contabilizado em campanhas políticas. Os petistas consideram o esquema de Marcos Valério em 2003 e 2004 apenas uma extensão da operação feita por ele em 1998 nas eleições de Minas Gerais.

O documento alternativo traz o banqueiro Daniel Dantas, do Grupo Opportunity, como fonte de pelo menos R$ 150 milhões do esquema de Marcos Valério. Ao divulgar seu voto em separado, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) ressaltou sua indignação pelo fato de Dantas não ser mencionado no documento de Serraglio, que apenas traz a Brasil Telecom (que na época era controlada pelo banqueiro) como possível fonte de mais de R$ 3 milhões do valerioduto.

O documento petista afirma que o ex-presidente do PT, José Genoino, não tinha responsabilidade sobre o esquema de Valério, e desacredita o depoimento do ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, segundo o qual os desvios do fundo da Visanet foram realizados sob determinação do ex-ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, Luiz Gushiken.

Márcia Kalume

Dona Verônica Calheiros (*em pé, à esquerda*) recebe Teresa Collor e amigas

Tarde alagoana na residência oficial do Senado

Dona Verônica Calheiros, esposa do presidente do Senado, Renan Calheiros, reuniu ontem à tarde, na residência oficial da Presidência do Senado, embaixadoras, embaixatrizes e esposas de senadores para apresentar atrações do estado de Alagoas.

Além da confraternização, o encontro foi organizado para discutir iniciativas em favor das pessoas deficientes, e especialmente sua inserção no mapa cultural do país.

O bufê foi preparado pelas irmãs Rocha, autoras do livro de culinária *Delícias da cozinha alagoana*.

Teresa Collor, ex-secretária de Turismo de Alagoas, também participou do encontro, entre outras amigas de dona Verônica.

Célio Azevedo

José Jorge: ou o governo ou conselho do Sebrae deve pedir saída de Okamotto

José Jorge pede que Okamotto seja afastado do Sebrae

José Jorge (PFL-PE) cobrou o afastamento de Paulo Okamotto da presidência do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O senador apelou para que a providência seja tomada pelo conselho da instituição caso não parta do próprio governo.

O pedido foi justificado como uma resposta à relutância de Okamotto em autorizar a abertura de seu sigilo bancário, aprovada pelo CPI dos Bingos, mas bloqueada por decisão do Supremo Tribunal Federal.

– Ele não pode se recusar a abrir o sigilo e continuar ocupando um cargo público ou quase público – argumentou.

Célio Azevedo

Para Heráclito, a CPI dos Bingos deve ouvir responsáveis pelo jogo Tenta Ganha

Heráclito quer que CPI investigue loteria do Piauí

Heráclito Fortes (PFL-PI) informou que apresentará requerimento pedindo que sejam ouvidos pela CPI dos Bingos o procurador da República Tranvanvan Feitosa e os responsáveis legais pela Loteria do Estado do Piauí (Lotepi) para detalhar o funcionamento do jogo Tenta Ganha realizado no estado.

O procurador ingressou nesta semana com ação civil pública contra o estado do Piauí, a Lotepi e a empresa Tenta Ganha Ltda.

– Precisamos saber para que serve essa loteria e que modalidade de jogo representa, em se tratando de benefício social. Só quero clareza – destacou Heráclito.

"Lula está mal informado sobre o que ocorre no Congresso", afirma o presidente da Comissão de Orçamento

Senadores reagem a críticas do presidente

A discussão da MP 272, que reestrutura carreiras no Ministério da Previdência, provocou polêmica ontem no Plenário. Vários senadores reclamaram do abuso da edição de medidas provisórias pelo governo federal, por causar a obstrução do processo legislativo do Congresso. Os senadores classificaram como injusta declaração do presidente Lula que atribui ao Legislativo a responsabilidade pela paralisação das atividades legislativas, como a não-aprovação, até o momento, do Orçamento para 2006.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), avaliou que Lula está mal informado sobre o que ocorre no Congresso. Ele explicou que os parlamentares não têm acesso ao teor do projeto de lei orçamentária até que ele chegue ao Congresso, quando é necessário, além de estudar os programas contemplados pelo governo, acatar emendas, processo que, segundo ele, exige complexo estudo e negociações.

Mestrinho disse que o projeto da LOA para 2006 não contemplava recursos para o aumento do salário mínimo e para o repasse de dinheiro aos estados garantido pela Lei Kandir. Ele parabenizou a atuação do relator-geral, deputado Carlito Merss (PT-SC), que conseguiu alocar esses recursos e viabilizar a aprovação da peça no âmbito da comissão. Para que o projeto da LOA seja aprovado no Plenário, o presidente da CMO lembrou que é necessária primeiramente a aprovação do projeto do Plano Plurianual (PPA), ambas em sessão conjunta do Congresso. Como o relator do PPA é o senador petista Sibá Machado (AC), o senador Efraim Morais (PFL-PB) acusou a própria bancada governista pela responsabilidade da não-aprovação da lei orçamentária.

– Lula diz que não sabia de nada que ocorria em seu governo. Ele também não sabe que é base do governo a maioria na CMO e nos plenários das duas Casas? A culpa é do Congresso? – questionou, lembrando que o deputado da bancada governista João Leão (PP-BA) pediu verificação de quórum na CMO para inviabilizar a aprovação do Orçamento.

Sibá explicou que era inviável a apresentação do relatório do PPA antes da finalização do projeto da LOA, para garantir a compatibilidade entre os dois, uma vez que ambos tramitavam paralelamente, com a possibilidade de recebimento de emendas.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu a aprovação da LOA com a inclusão de um artigo que garantisse a obrigatoriedade de os programas governamentais constarem no PPA, independentemente de sua aprovação. Sibá Machado explicou que, mesmo que a LOA seja aprovada, seus programas só poderão ser executados com a aprovação do PPA, por determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A votação do Orçamento está prevista para a próxima terça-feira.

MP 272 não é votada devido a impasse sobre Geap

A pauta do Plenário continua trancada por duas medidas provisórias (MPs) e por quatro projetos de lei de conversão de MPs. Embora a sessão de ontem tenha sido deliberativa, não houve entendimento entre os senadores que viabilizasse a votação de matérias. O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez um apelo aos líderes para que entrem em acordo em relação ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/06 – proveniente da Medida Provisória 272/05 – que, entre outras medidas, reestrutura as carreiras do Ministério da Previdência.

O impasse em torno da medida diz respeito à autorização, pelo PLV, de convênios – sem licitação – entre a administração federal e entidades de prestação de serviços de assistência à saúde a servidores públicos. Esse artigo na MP visa resolver a situação do Fundo de Pensão dos Funcionários Públicos Federais (Geap), impedido por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de renovar contratos firmados sem licitação. Renan alertou para o prazo de validade da MP 272, que vence no próximo dia 25.

– Se o projeto não for votado até lá, os efeitos da medida deixam de vigorar e o PLV será considerado prejudicado. Esse é um preço que o Senado não deve pagar.

Para agilizar os trabalhos, Renan marcou sessão deliberativa para a próxima segunda-feira.

Ney Suassuna

Célio Azevedo

"Não é a proposta de nossos sonhos, mas temos que votá-la"

Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu que os parlamentares votem o Orçamento da União de 2006 com celeridade.

– Nosso dever era o de ter votado o Orçamento no fim de novembro. Estamos caminhando para maio e não há conclusão da votação. Não é o Orçamento dos sonhos de ninguém, faltam verbas para os governadores, mas precisa ser votado. Espero que a gente consiga fazer isso – disse.

O senador afirmou que a demora na deliberação "inquieta corações e mentes" de prefeitos e governadores em todo o país.

– O governo está paralisando-se, e isso não é do interesse nem da oposição nem do governo, mas ambos se acusam mutuamente de impedir a votação do Orçamento – destacou.

Ney Suassuna observou que o Orçamento é uma engrenagem econômica que, se paralisada, faz parar muitos setores da economia nacional.

Gilvam Borges

Célio Azevedo

Acordo de lideranças para garantir a aprovação

Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu a aprovação imediata do Orçamento da União para 2006, por meio de um acordo que reúna todas as lideranças partidárias em atividade no Congresso.

– Os líderes precisam se mobilizar e dar suporte. Assim, poderemos aprovar o Orçamento na semana que vem. O país precisa se levantar. A crise moral precisa ser debelada, mas nos pequenos passos podemos construir definitivamente este país – afirmou Gilvam Borges.

O senador lembrou que a aprovação imediata do Orçamento poderá contribuir para a continuidade de diversos programas do governo nas áreas de segurança e de educação.

– Há problemas graves na segurança; o número de presidiários está beirando 200 mil. Temos que nos reunir com a responsabilidade de aprovar o Orçamento. Estamos em abril, e tudo depende do Orçamento – disse o parlamentar.

Cristovam Buarque

Célio Azevedo

Atraso na votação não impede o governo de gastar

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou o presidente Lula por ter afirmado que o fato de a proposta orçamentária para 2006 ainda não ter sido aprovada pelo Congresso deixa o governo sem capacidade de resolver problemas, especialmente na educação.

Segundo o senador, apesar de o Orçamento da União ainda não ter sido aprovado, o governo pode gastar até 92% do total dos recursos previstos na proposta orçamentária para este ano.

Dos R$ 21 bilhões propostos para a educação, segundo Cristovam, o governo pode gastar R$ 16 bilhões. O representante do DF argumentou ainda que, em 1996, o Orçamento só foi aprovado em 9 de maio, e que atrasos semelhantes ocorreram em 1994 e em 2000.

– Sem Orçamento, porém, algumas áreas são prejudicadas. Por isso, é lamentável que os parlamentares não o tenham aprovado ainda – declarou Cristovam.

Célio Azevedo

José Jorge critica demora do governo em indicar diretores de agências reguladoras

José Jorge faz apelo por funcionamento da diretoria da ANP

A demora do presidente Lula em indicar diretores para as agências reguladoras foi criticada por José Jorge (PFL-PE). O senador pediu a transcrição, nos Anais da Casa, de circular do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima.

Segundo José Jorge, a circular foi enviada para explicar que o mandato de um dos diretores da ANP, Victor Martins, encerrou-se e, com isso, a agência ficou com apenas dois dos seus cinco diretores efetivamente em exercício.

O senador destacou que a situação permanece a mesma, apesar de Lula já ter anunciado que está providenciando a recondução oficial do mesmo diretor ao cargo.

Eduardo lamenta decisão do TJ do Tocantins

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) lamentou decisão do Tribunal de Justiça do Tocantins, que, ao acolher agravo regimental apresentado pelo governo estadual, alterou sentença final do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que beneficiava 6 mil integrantes da Polícia Militar do estado com aumento salarial.

Após a revisão do processo pela Justiça estadual, segundo o senador, apenas 183 membros da corporação, que integravam a Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Tocantins em 1993 – ano em que a ação foi aberta –, mantiveram o direito reconhecido pelo STJ.

Roosewelt Pinheiro

Eduardo protesta contra decisão que retirou aumento salarial de militares

Sibá relata resultados de conferência sobre diversidade biológica

Roosewelt Pinheiro

Entre os avanços, Sibá destaca acordos sobre uso de recursos genéticos

O senador Sibá Machado (PT-AC) apresentou ontem em Plenário um balanço dos resultados da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), realizada na semana passada em Curitiba. O evento, que contou com a participação de 4 mil delegados de todo o mundo, foi organizado pelos ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente.

Entre os avanços alcançados na reunião, Sibá citou a decisão de construção de um regime internacional de acesso e repartição de benefícios derivados do uso de recursos genéticos. Ele destacou também a criação de um grupo composto por 25 especialistas e observadores para elaborar opções para certificados de origem e procedência legal, relacionados aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais.

Na área de biodiversidade agrícola, disse o senador, o principal resultado foi a manutenção da moratória imposta às sementes estéreis, prevalecendo o texto original da CDB, que baniu experimentos em campo e comercialização dos produtos.

– Os delegados optaram por promover e disseminar pesquisas sobre o impacto das sementes e reafirmaram a decisão de respeitar o conhecimento e as práticas tradicionais dos agricultores – comemorou.

Pavan apela em favor dos produtores de arroz catarinenses

Leonel Pavan (PSDB-SC) apelou ontem ao governo federal para que atenda às reivindicações apresentadas pelos plantadores de arroz do oeste catarinense. Os rizicultores solicitam a concessão de nova linha de crédito para o plantio da próxima safra e a suspensão de todas as dívidas vincendas por meio de moratória de curto prazo, entre outras medidas emergenciais para o setor.

As dificuldades enfrentadas pelos produtores se devem principalmente aos baixos preços pagos pela saca de arroz, que vem sendo comercializada no mercado por um preço que varia entre R$ 15 e R$ 17, segundo Pavan.

– Nossas autoridades festejam, a cada ano, os sucessivos recordes de produção, os recorrentes superávits da balança comercial, a competitividade da agricultura brasileira, mas são incapazes de estabelecer uma política agrícola consistente, com créditos em volume suficiente e preços mínimos capazes de evitar o prejuízo e o endividamento dos produtores – disse Pavan, ao citar ofícios encaminhados pelas câmaras de vereadores de Itajaí e de Joinville (SC), que descrevem as dificuldades enfrentadas pelos plantadores de arroz da região.

Os agricultores reivindicam ainda a disponibilização dos recursos da Companhia Nacional de Abastecimento para absorver os estoques, assim como a garantia de que o arroz não seja adquirido por valores abaixo do preço mínimo.

Célio Azevedo

Agricultores querem mais crédito e rolagem de dívidas, informa Pavan

Critérios usados pelo Incra para identificar áreas passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária foram definidos em 1975 e estão desatualizados, explica senador

Suplicy defende atualização dos índices de produtividade rural

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ao ministro da Agricultura que atualize os índices de produtividade rural, um dos critérios usados para definir se uma fazenda cumpre ou não função social e, portanto, se pode ou não ser desapropriada para fins de reforma agrária. Ponderou que os índices usados pelo Incra são de 1980, elaborados com base em dados do censo agropecuário de 1975.

Suplicy informou ter recebido comunicação do novo ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Guilherme Cassel, relatando que o Incra trabalhou longamente na mudança dos índices de produtividade, mas o assunto está parado.

– O atual sistema está defasado em mais de 30 anos – frisou o senador.

Na comunicação, o ministro lembra que existem no Brasil 112 mil grandes fazendas passíveis de desapropriação para reforma agrária, correspondendo a apenas 2,6% do total de imóveis rurais cadastrados.

Roosewelt Pinheiro

Proposta do MDA para mudar índices aguarda definição do governo, diz Suplicy

Suplicy comentou ainda carta aberta publicada no jornal *Folha de S. Paulo* – e a ele dirigida – de autoria do ex-deputado e advogado Plínio de Arruda Sampaio. Antes, o mesmo jornal havia publicado carta de Suplicy à direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em que sugeria ações pacíficas para atingir seus objetivos, a exemplo de Ghandi e Martin Luther King.

Na carta, Plínio de Arruda Sampaio sustenta que as mulheres da Via Campesina que atacaram o horto da Aracruz no Rio Grande do Sul não cometeram violências físicas e, assim, fizeram o que recomendavam Ghandi e Luther King. Ele pondera ainda que a não-violência dos dois líderes não diz respeito às coisas, mas às pessoas, não existindo na biografia de Ghandi ou de Luther King menção de que não se deveria causar prejuízos ao capital.

Suplicy comentou ainda artigo publicado ontem, também na *Folha de S. Paulo*, por Reginaldo Ferréz, *rapper* e escritor. Nele, Ferréz questiona até que ponto o documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*, exibido pela TV Globo, ajuda as populações dos morros e das periferias. Ele pondera que periferia não significa só violência, mas também *shows* de rua, quermesses, teatro ao ar livre, saraus, "mas isso não atrai", pois "felicidade não dá Ibope".

Jovens do semi-árido dependem de aposentadoria dos pais, diz Garibaldi

A crise da agricultura no semi-árido nordestino tem feito com que cada vez mais os jovens, sem perspectiva de emprego, dependam das aposentadorias rurais de pais e avós para sobreviver, como informou ontem Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Com apoio expresso em apartes por Paulo Paim (PT-RS) e Heloísa Helena (PSOL-AL), Garibaldi defendeu o reajuste de aposentadorias e pensões, reiterando que muitas famílias dependem exclusivamente dos benefícios da Previdência para viver.

A negociação da dívida dos pequenos e médios proprietários rurais também foi objeto de análise do senador pelo Rio Grande do Norte. Segundo ele, cerca de 90% do território do estado situa-se na região onde as secas periódicas provocam crises de produção e desemprego. Essa economia tradicional convive, porém, com setores mais dinâmicos da economia, como o turismo e a indústria do petróleo, ressaltou o parlamentar.

Em aparte, Paim lembrou que Garibaldi é autor de proposta para que o salário mínimo e os benefícios da Previdência sejam reajustados de acordo com a inflação e o aumento do produto interno bruto (PIB) *per capita*. A proposta, na opinião de Paim, é um benefício à economia de todo o país.

Roosewelt Pinheiro

Para Garibaldi, situação se deve à crise na agricultura da região e ao desemprego

Roosewelt Pinheiro

Na opinião de Ana Júlia, ação da polícia militar foi "equivocada e arbitrária"

Ana Júlia protesta contra despejo de sem-terra no Pará

Ana Júlia Carepa (PT-PA) protestou em Plenário contra decisão do Tribunal de Justiça do Pará e do Ministério Público que resultou na retirada de famílias de sem-terra de área rural em Coaraci, município próximo a Belém. Segundo a senadora, o pedido de liminar foi feito pelos advogados do Grupo Quagliato, que detém o monopólio de açúcar e de gado de corte na região.

A ação policial militar para o cumprimento do mandado judicial teria sido "equivocada e arbitrária", disse, salientando que as terras ocupadas pelos acampados pertencem à União e não ao Grupo Quagliato, proprietário da Fazenda Rio Vermelho. A fazenda, acrescentou, é objeto de inúmeros processos de grilagem e de prática de trabalho escravo.

Crítica

Ana Júlia explicou que a área onde ocorreu o despejo fica a 13 quilômetros de onde deveria ser definida a sentença judicial a favor dos Quagliato, fato que considera "um erro absurdo da Justiça, que nem sequer promoveu audiência entre as partes".

– O juiz que deu a liminar não observou a exigência de uma audiência sobre o caso. Mais de 200 policiais e até um helicóptero foram usados – disse.

A senadora denunciou o envolvimento do governo do Pará com o grupo pecuarista. Segundo afirmou, o "cumprimento ilícito" do mandado judicial representa manipulação política do governador do Pará, Simão Jatene.

Problema não será resolvido com a prisão de jovens e adolescentes infratores, mas sim por meio de ações que sejam capazes de resgatá-los e recuperá-los, afirma senador

Jucá sugere mobilização para tirar jovens da marginalidade

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) dirigiu ontem apelo ao poder público e à sociedade para que enfrentem o desafio de tentar recuperar os jovens que estão na marginalidade. Segundo ele, esse problema não vai ser resolvido com a prisão de crianças e adolescentes, mas sim por meio de ações que procurem resgatá-los e recuperá-los.

– Este é o grande desafio das médias e grandes cidades brasileiras: dar atenção e se importar com os jovens, criando alternativas que os envolvam, para que não fiquem à mercê de galeras e traficantes – afirmou.

Jucá citou o exemplo da prefeitura de Boa Vista, que em 2002 enfrentou o desafio de acabar com 35 gangues que atuavam na cidade. A prefeita Tereza Jucá criou, conforme o senador, uma escola-modelo na cidade, que não só ensinava disciplinas convencionais, mas desenvolvia várias atividades alternativas, como a capoeira, a luta de boxe e até um jornal interno, com o objetivo de atrair jovens que viviam na rua.

Célio Azevedo

Jucá destaca êxito de escola-modelo de Boa Vista voltada para moradores de rua

– Passados quatro anos, as 35 galeras foram reduzidas a apenas cinco, e a violência juvenil caiu 72%. Hoje, Boa Vista é considerada a segunda cidade mais tranqüila do país, perdendo apenas para Brasília – informou o senador.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou que o Senado vai promover um seminário internacional com o objetivo de discutir a delinqüência juvenil e procurar soluções para o problema. Já a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) lembrou que o problema da prostituição infantil no país é muito sério, pois as meninas não aproveitam a adolescência, principalmente quando engravidam.

Roosewelt Pinheiro

Maria do Carmo relata participação em fórum promovido pelo Pnud

Maria do Carmo destaca esforço contra pobreza

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) comunicou ontem, em discurso no Plenário, sua participação no 5º Fórum da Aliança Mundial de Cidades Contra a Pobreza, promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em Valência, na Espanha, entre 28 e 31 de março. Segundo informou, estiveram presentes ao encontro representantes de países da Europa, América, África e Ásia, o que demonstra, na sua opinião, que há uma mobilização mundial no sentido de combater a pobreza.

Maria do Carmo ressaltou a importância de serem multiplicados, com urgência, os programas que tenham obtido sucesso nesse setor. Como exemplo de uma iniciativa bem-sucedida, a senadora destacou o programa Pró-Mulher/Pró-Família, desenvolvido pelo estado de Sergipe.

– Exemplos como esse fórum fortalecem nossos conceitos, edificam nossa conduta, corrigem os nossos erros, apontam novos caminhos e, o que é mais importante, nos dão a certeza de que assim estaremos caminhando para um mundo melhor – afirmou.

Mercadante: governo tucano falhou na recuperação de infratores em SP

Ao manifestar perplexidade com mais uma rebelião na Febem paulista, na madrugada de ontem, que deixou mais de 40 feridos, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que, após 12 anos governando o estado de São Paulo, o PSDB e o PFL fracassaram na recuperação de jovens infratores. Ele sugeriu a adoção de um modelo que inclua o desmembramento da instituição em duas: uma para tratar o jovem recluso e a outra para atender os que estão em liberdade assistida.

No modelo proposto, os reclusos ficariam em unidades com no máximo 45 pessoas. A liberdade assistida seria feita em parceria com igrejas, entidades não-governamentais, prefeituras e comunidade. Informou que sistema semelhante já foi adotado com sucesso em administrações petistas no estado do Rio Grande do Sul e em municípios paulistas, entre eles o de São Carlos.

O senador apelou à Câmara para que vote projeto de sua autoria, já aprovado no Senado (PLS 118/03), que amplia a pena para o adulto que utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente na prática de crimes. Ele explicou que sua iniciativa é muito mais eficaz do que a apresentada por Alckmin, quando deputado, reduzindo a maioridade penal para 16 anos.

Mercadante também destacou ato público que a oposição na assembléia legislativa paulista está promovendo em defesa da instalação de uma CPI para apurar supostas irregularidades no banco Nossa Caixa. Segundo afirmou, houve tentativa de instalação de 69 CPIs no período em que o PSDB governou o estado, mas todas foram engavetadas.

Roosewelt Pinheiro

Mercadante propõe sistema adotado por São Carlos e outros municípios paulistas

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que, em recente contato telefônico com Alckmin, observou que, enquanto o Congresso estava com várias CPIs apurando denúncias de irregularidades no âmbito federal, em São Paulo frustraram todas as tentativas de instalar comissões parlamentares de inquérito.

Célio Azevedo

Paulo Paim exalta Luz para Todos, Bolsa-Família e Seguro da Agricultura Familiar

Paim elogia programas de inclusão social

Os programas Luz para Todos, Bolsa-Família e Seguro da Agricultura Familiar foram elogiados ontem, em discurso, pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que os considerou valiosos instrumentos de inclusão social. O parlamentar definiu como um sucesso a iniciativa que leva energia elétrica a populações que "viviam às escuras".

– Em todo o país já foram atendidos 534.535 domicílios rurais, beneficiando mais de 2,6 milhões de pessoas – comemorou.

Sobre o Bolsa-Família, Paim disse que se trata de um programa ambicioso, destinado a combater a fome e a miséria no Brasil, mediante a concessão de benefício mensal em dinheiro para as famílias que possuem menos de R$ 100 de renda *per capita* por mês.

Com relação ao Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), o senador observou que o programa, criado em 2004 e implantado na última safra agrícola, "se revelou um importante apoio aos agricultores que registraram prejuízos devido à estiagem".

Paim manifestou também sua confiança na adoção, pelo governo federal, de uma política favorável à recuperação dos proventos de cerca de 9 milhões de aposentados e pensionistas da Previdência Social que, por ganharem mais de um salário mínimo, têm reajustes salariais menores. Informou que hoje, em Brasília, entidades que representam os dois segmentos manterão reunião com ministros.

Célio Azevedo

Segundo Viana, metade das crianças do país está acima do peso considerado ideal

Viana cobra ações de combate à obesidade infantil no país

Tião Viana (PT-AC) alertou ontem para a necessidade de ações destinadas à prevenção da obesidade infantil. Segundo ele, as estatísticas são alarmantes, indicando que um terço das crianças em todo o mundo já enfrenta problemas relacionados ao excesso de peso. No Brasil, informou, mais de 15% das crianças são obesas e 50% estão acima do peso ideal.

– Como médico, reitero: prevenir a obesidade é de suma importância para o desenvolvimento da criança. Caso chegue à idade adulta com excesso de peso, ela tenderá a permanecer nessa condição e apresentará propensão a uma série de doenças.

Viana destacou, entretanto, o que considerou duas boas notícias: a sanção, em fevereiro, pelo governo paulista, de lei que institui uma política contra a obesidade e o sobrepeso; e a campanha da Rede Globo também dedicada ao combate à obesidade infantil. Ele ressaltou ter visto "ecoar" nessas duas iniciativas projetos de sua autoria que tramitam no Senado. Um deles, o PLS 25/03, dispõe sobre a propaganda comercial de alimentos, que ainda não é regulada por legislação específica.